



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	6 - ABR. - 1980	COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Secretário de Estado anuncia medidas de apoio à habitação

«Em Portugal, nunca existiu, nem existe ainda, uma política de habitação com um mínimo de coerência e de eficiência», declarou o secretário de Estado da Habitação, Casimiro Pires. Em entrevista concedida à Anop, aquele membro do Governo anunciou algumas medidas de relançamento do sector, nomeadamente o apoio à iniciativa privada, através de maiores facilidades de financiamento que poderão, eventualmente, ir até à concessão de bonificação de juros.

Na opinião daquele membro do Governo, «tudo tem sido feito de forma pontual», pelo que muitas das medidas tomadas não surtiram os efeitos desejados «ou foram mesmo contraproducentes, por estas terem sido decididas isoladamente, sem ter em atenção o conjunto de problemas do sector, ou mesmo os aspectos de complementariedade directa».

Assim, e segundo Casimiro Pires, nunca foram fixados objectivos e prazos para satisfação das necessidades habitacionais, as quais se estimam, neste momento, em cerca de 700 mil fogos, numero que se contrapõe aos 653 mil apurados como carências em 1970. Tal acréscimo resulta do facto do numero de fogos concluídos na década não ter sido sequer suficiente para fazer face às novas necessidades surgidas, que rondam os 35 mil a 40 mil fogos por ano. O secretário de Estado sublinhou, a propósito, que o numero de habitações construídas no País baixou de 42 850 fogos, em 1974, para 29 40 em 1976, estando-se, hoje, ainda longe de se ter reposto os níveis atingidos em 1973 e 1974.

Para Casimiro Pires, esta situação deve-se a uma «quebra estrutural» na produção de iniciativa privada a que «apesar das intenções propagandeadas, não foi, nem de perto nem de longe compensada por um aumento correspondente da produção pública». Para esta quebra, e na sua opinião, contribuiu o acumular de encargos financeiros, as perturbações do mercado da mão-de-obra e as dificuldades de crédito, agravadas ainda com a nacionalização da Banca em Março de 1975.

As opções do Governo

Quanto às perspectivas para 1980, o secretário de Estado revelou que o Governo «tem três opções fundamentais», que são relançar a promoção habitacional pública, dinamizar a promoção habitacional cooperativa e, finalmente, relançar a promoção habitacional privada.

Quanto à primeira, anunciou o lançamento de 20 mil fogos, dos quais mais de oito mil já foram adjudicados. Para o efeito, dispõe-se de meios financeiros que ascendem a mais de 7 milhões de contos. Relativamente ao sector cooperativo, a meta é lançar seis mil novas habitações constituídas no País, nos ir-se bastante além se para tal houver capacidade das cooperativas.

A terceira grande opção «assenta na realidade que e corresponder à iniciativa privada mais de 85 por cento das habitações construídas no País, os últimos anos».

«Para a concretizar — disse — actuar-se-a nos dois sectores mais importantes, ou seja produção e o escoamento dessa

produção. Quanto ao primeiro, temos em estudo a concessão de facilidades de financiamento que poderão, eventualmente, ir até à concessão de bonificações de juros.

«Relativamente ao segundo vector e enquanto se prepara a revisão do próprio regime de crédito bonificado para a aquisição de casa própria, que está em estudo, procedeu-se à elaboração de uma portaria, que se encontra para assinatura ministerial e que vai revozar a do anterior Governo, recentemente publicada, por se considerar perfeitamente irrealista.»

De acordo com aquele membro do Governo, a nova portaria «alarga consideravelmente os escalões de rendimento e custo da construção por metro quadrado, permitindo, por um lado, o acesso ao crédito a um maior numero de famílias e a melhoria das próprias condições para as famílias que já dele podiam beneficiar e, por outro, possibilitando a entrada no sistema de grande numero de habitações que dele estavam excluídas por razões do custo de metro quadrado».

O secretário de Estado revelou ainda que o Governo «já desencadeou os estudos necessários, tendo em vista a definição das normas habitacionais do futuro e da forma e processo de as pôr em prática».

«Há que ultrapassar de uma vez por todas as actuações casuísticas, parcelares e isoladas que desde sempre, caracterizaram as actuações governamentais e que ao procurarem resolver um problema normalmente não o conseguiam e antes criavam dois ou três novos problemas», disse Casimiro Pires.